

EDUCAÇÃO DO CAMPO: FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES PARA INCLUSÃO DE ALUNOS CAMPEBINOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Autor: Prof. Dr. Substituto Carlos Luis Pereira¹

Co-autora Prof. Dra. Márcia Helena Siervi Manso²

1,2 Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo – Campus CEUNES/DECH – São Mateus

RESUMO: Este trabalho investiga a Educação do Campo, modalidade de ensino em processo de construção da sua identidade ofertada por universidades públicas e sua interface com a Educação Especial e a formação inicial docente do campo para no trato pedagógico o atendimento dos alunos do campo com deficiência. O problema de investigação é o mínimo de disciplina(s) e sua respectiva carga horária assegurada no eixo curricular das 21 instituições analisadas na Educação do Campo sobre Educação Especial; O objetivo do trabalho consistiu em analisar o núcleo curricular da formação docente nos cursos de Educação do Campo e sua interface com a Educação Especial no processo de escolarização dos alunos campesinos presentes nesta modalidade de ensino com necessidades educativas especiais. O trabalho enquadra-se dentro do procedimento metodológico da pesquisa qualitativa bibliográfica e documental (GIL,2014); Os resultados revelaram que nas matrizes curriculares das licenciaturas em Educação do Campo analisadas os saberes disciplinares sobre educação especial são assegurados com aproximadamente 2% da carga horária total do curso de 3.200 horas; Analisando o núcleo curricular das 21 instituições públicas federais que a prioridade têm sido na maior carga horária na formação docente da Educação do Campo nos saberes disciplinares específicos; Constata-se que a disciplina de libras é assegurada nas organizações curriculares analisadas com carga horária de 30 horas durante um semestre letivo. O estudo concluiu que a formação docente da Educação do Campo mostra-se insuficiente para o mesmo adquirir competência básica para o atendimento com qualidade no processo de ensino-aprendizagem dos alunos campesinos com deficiência e, sim para os alunos sem deficiência, sinalizando necessidade de reorganização curricular e da necessidade de cada curso com as comissões da Comissão Própria de Avaliação de Curso, Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado para alteração da organização curricular com aumento de disciplinas da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Especial; Formação Docente.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste na busca de explicações sobre a organização curricular dos 21 cursos de licenciatura específica em Educação do Campo no Brasil analisados para assegurar a formação docente ao atendimento do aluno do campo com deficiência. A segunda interrogação reitera que a organização curricular dos cursos de licenciatura específica da modalidade de ensino Educação do Campo que segue as Diretrizes Curriculares Operacionais Básicas do Ministério da Educação (MEC) órgão que regula a educação nacional para implementação do Projeto Político do Curso (PPC) que alinhado com os princípios norteadores, objetivos, marco teórico, filosófico, pedagógico, doutrinal e organização curricular e carga horária das disciplinas conforme as orientações legais do MEC.

O problema colocado é por qual razão a Comissão Própria de Avaliação de Curso (CPAC), o colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) não promove o aumento do número de disciplinas que discutem a educação especial nos cursos de licenciatura específica em Educação do Campo?

A hipótese levantada é que a organização curricular dos cursos de licenciatura específica da Educação do Campo tem o mínimo de disciplina(s) que abordam acerca da Educação Especial.

A justificativa do trabalho inicialmente é em razão da educação especial e do campo possuem na sua trajetória histórica elementos marcadamente de esquecimento, preconceito e indiferença que caracterizam essas duas modalidades de ensino Caiado e Meletti (2011). Outra justificativa posta é que ao mapearmos através de levantamento bibliográfico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o número inexpressivo de pesquisas científicas com a articulação da educação especial com a do Campo, de acordo com os autores mencionados nas reuniões do Grupo de Trabalho da Educação especial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) não foi encontrado nestes últimos 20 anos produção científica referente à interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo (CAIADO; MELETTI, 2011, p. 94).

O objetivo do trabalho foi investigar a matriz curricular de 21 cursos de licenciatura específica da Educação do Campo a presença de disciplinas que discutem a Educação Especial.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO – EDUCAÇÃO ESPECIAL – FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação Especial é contemplada na atual Constituição que estabelece a educação como direito público de todos, tendo o ensino a promoção da igualdade, o acesso e a permanência de todos na escola, garantindo aos alunos com deficiência a sua matrícula no ensino regular público. Na LDB de 1961 iniciou a igualdade jurídica com o compromisso com a Educação Especial 4024/61, o amparo legal segue na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 N° 9394/96 a educação especial é definida com uma modalidade de ensino dentro da educação básica que é assegurada legalmente aos alunos incluindo os campesinos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino.

Consta na Resolução do CNE/CEB N° 2 de 11/02/2001 Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para a Educação Especial em todas as etapas e modalidades de ensino, tendo como princípios norteadores adaptações curriculares, estratégias metodológicas pedagógicas, e recursos didáticos contextualizados para o aluno com deficiência, ainda consta processos de avaliação dialógica, e alinhada a proposta interacionista.

Para Roldão (2012) é dentro da sala de aula que na ação educativa que no entendimento deste autor é composto pela dimensão pedagógica, metodológica e didática para o ensino a todos alunos.

De acordo Souza (2006) a escola do campo deve contemplar a diversidade, a diferença, a inclusão na sala de aula no ensinar e aprender dos alunos com deficiência, para o autor a educação do campo deve estabelecer diálogo com a Educação Especial para que seus princípios norteadores sejam contemplados

nas esferas político-pedagógicas e metodológica para atender aos alunos camponeses com NEE.

No posicionamento de Damasceno (2004), a Educação do Campo e a Educação Especial em suas dimensões socioeducativas apresentam os mesmos conflitos e tensões sobre os aspectos étnicos, culturais de aceitação da diferença no trato pedagógico e da inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula no processo de ensino-aprendizagem em todo percurso da Educação Básica.

Ressalta-se nos documentos legais da atual LDB N° 9394/96 que as duas modalidades de ensino diferenciado específico e com proposta didática, metodológica e pedagógica, condizente ao contexto dos alunos porque o processo de inclusão educacional se apresenta como um conjunto de políticas públicas afirmativas para inclusão educacional dos alunos do campo com deficiência, essa construção política curricular de um modelo de educação inclusiva para todos alunos é um dos desafios da educação brasileira (MENDES, 2002).

Dados do Censo Escolar de 2009 revelam que do total de alunos matriculados na Educação Básica do país, 14,88% estão na área do campo e destes 1,02% são alunos com NEE (BRASIL, 2009).

Seguindo os dados, trazemos como problematização a discussão acerca da formação do docente da Educação do Campo para o atendimento no processo de escolarização dos alunos com deficiência, dados de 2014 do Ministério da Educação (MEC) revelam que houve um aumento de 198%, cerca de 97.459 docentes, no número de professores com formação em educação especial (BRASIL, 2014).

Conforme problematiza Frigotto (2010) a matriz curricular dos cursos de formação de professores nos cursos de licenciatura específica em Educação do Campo precisa assegurar na formação inicial processos formativos que contemplam os alunos com necessidades educativas especiais; a questão trazida à luz é a carga horária das 21 matrizes curriculares examinadas que

asseguram uma ou duas disciplinas de 30h sobre a Educação Especial; cerca de 2% à 4% do total de 3.200 horas total do curso.

No posicionamento de Soares (2008) o professor somente estará habilitado para uma ação pedagógica competente se o seu processo de formação inicial for assegurado as competências básicas na área específica de atuação, diante do exposto pelo autor questionamos se a carga horária de 2% dos cursos de licenciatura em Educação do Campo oferece os conhecimentos mínimos pedagógicos, metodológicos e pedagógicos para o atendimento do aluno campesino com deficiência?

Para responder a essa questão recorreremos aos aportes teóricos de Tardif (2012) na qual o autor defende que há 4 tipos de saberes envolvidos na formação inicial docente sendo eles: os experienciais, profissionais, disciplinares e curriculares, e na nossa compreensão e indagação estes saberes acerca da educação especial são asseguradas com importante insuficiência devido a carga horária mínima principalmente nos saberes disciplinares e curriculares.

Os documentos legais da Resolução CNE/CEB da Educação do Campo N° 01 de 03/04/2002 que são organizados dentro dos 3 eixos desta licenciatura específica, que prioriza conforme aponta a matriz curricular os saberes disciplinares específicos devido a maior carga horária no núcleo de estudos específicos reafirmando que o professor precisa ter maior domínio teórico e prático dos saberes disciplinares do campo do conhecimento na qual atuará na docência.

Nossa indagação, reflexão e preocupação baseia-se nos indicadores de 2009 que aponta 1,02% de alunos no campo matriculados com necessidades educativas especiais sobre qual tipo de atendimento para educação especial tem sido assegurado nestes cursos de formação em educação do campo para estes futuros docentes na ação educativa. Em 2014 o censo escolar apontou que 698.768 alunos com deficiência matriculados no ensino regular comum; e em contrapartida nos 21 cursos de licenciatura específica na Educação do Campo analisados a organização curricular dentro dos componentes curriculares que são organizados por áreas de conhecimento, no núcleo de

estudos básicos sobre a Educação Especial é assegurado somente os saberes disciplinares de libras com carga horária de 30 horas em uma única disciplina, sinalizando que o foco desta formação é no eixo curricular dos conteúdos disciplinares específicos para o processo de ensinar e aprender dos alunos que não possuem deficiência, mostra-se a necessidade de política curricular inclusiva para os alunos com deficiência no ensino regular comum.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira educacional tendo como atores principais os trabalhadores do campo e suas organizações, que tem como objetivo primário uma política específica de educação que visa os interesses sociais das comunidades camponesas, das suas lutas sociais da comunidade camponesa, da sua cultura e saberes da terra (CALDART, 2012).

A Educação do Campo, está em processo de busca de sua identidade sendo concebida como prática social em construção, na qual a questão da educação especial e da inclusão de alunos com necessidades especiais assume o caráter de preparação para aceitação da diferença e do ensino pela e para inclusão dos alunos camponeses com deficiência que é uma realidade nesta recente modalidade de ensino (DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2012).

Para Gaudêncio Frigotto (2010) a abordagem da educação unilateral significa todos os lados ou dimensões sendo uma proposta de educação que deve ser contemplada nos cursos de licenciatura em específica em educação do Campo que está alinhada com a Educação Especial porque um dos seus princípios é a formação humana do homem independentemente se o mesmo tem ou não alguma deficiência.

Na discussão de Arroyo (2011) a Educação do Campo carrega marcas históricas diversidades de sujeitos coletivos de movimentos sociais que se encontram nas lutas pôs outra educação em outro projeto de campo e de sociedade, a questão é que a Educação Especial não é discutida dentro dos

princípios norteadores da Educação do Campo, sinalizando a negação a diversidade e inclusão no contexto do currículo real.

Para o autor supracitado um dos traços marcantes na nossa história social, política e cultural tem sido o tratamento de desigualdade em relação a gênero, raça, trabalhadores e as pessoas com necessidades educativas especiais vistos historicamente numa perspectiva de exclusão e como inferiorizados.

A educação segundo Haddad (2006) é um direito humano que significa inclui-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena de todos cidadãos, ele deve ser garantido a todos os seres humanos independentemente se o sujeito tem ou não alguma deficiência. Por meio da educação são acessados os bens culturais construídos pela humanidade, e o direito público a educação aos alunos camponeses com deficiência é assegurado legalmente.

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que deve contemplar a educação global do aluno camponês com necessidades especiais, promovendo a estes alunos uma educação inclusiva porque a educação escolar é a base constitutiva na formação das pessoas e na proteção dos seus direitos (DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2012).

2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A comunicação internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU,2008), que foi incorporado à legislação brasileira com equivalência de emenda constitucional, que determinou que todas as leis deverão adequar pessoas com deficiência inclusive a escola, reorganizando seu currículo ao propor adaptações curriculares, metodológicas, pedagógicas e didáticas para o atendimento deste perfil de aluno.

De acordo com Mazzotta (1996) a trajetória histórica da Educação Especial brasileira é marcada por ações pontuais e isoladas sinalizando a ausência de políticas curriculares de Estado para essa modalidade de ensino.

Na visão de Jannuzzi (2006) o percurso da Educação Especial brasileira é caracterizado pelas perspectivas médicas e psicológicas, na qual a ênfase das dificuldades encontradas na vida destes sujeitos estava relacionada na sua própria deficiência.

As representações sociais das pessoas com deficiência no cenário educacional especial historicamente demarcado pela exclusão devido seu impedimento de natureza física: cognitivo, sensorial que impedia sua participação plena no exercício da cidadania, e da ausência de políticas públicas que atendessem as necessidades reais destes cidadãos de direitos (MITTLER, 2003).

A Convenção Internacional dos Direitos Humanos da ONU promulgado em 1948 definiu em seu artigo o conceito que as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial(ONU,1948).

E, nessa vertente VIGOTSKY (1998) mostrou em seus estudos que a aprendizagem dos alunos com deficiência está diretamente relacionado com a proposta sócio- interacionista que defende a mediação entre os sujeitos especificamente na zona de desenvolvimento proximal para efetivar a aprendizagem partindo do embasamento teórico que o homem é um ser histórico-cultural.

Na visão de Nogueira (2008) a deficiência vista numa nova perspectiva é o resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação, integração social e inclusão no processo educativo em igualdade de oportunidades com as pessoas sem deficiência.

O posicionamento de Vital e Queiroz (2008) relata que conforme o estabelecido na comunicação à acessibilidade é uma ferramenta para que as pessoas com deficiência atinjam sua autonomia em todos os aspectos da vida, inclusive o escolar. Os autores afirmam que a acessibilidade deve ser garantida não apenas no espaço físico, mas também aos meios de informação, comunicação e educação.

O processo de educação como direito público de todos os cidadãos com deficiência que deve ocorrer sem discriminação e exclusão e com igualdades de oportunidades, em todos os níveis de ensino, principalmente na rede regular de ensino (ONU, 2008).

2.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

O parecer legal que prevê a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular requer uma nova política curricular para a formação dos professores que foi ampliado para 3.200h a carga horária total do curso (BRASIL,2008).

A questão da inclusão escolar no ensino regular comum dos alunos com deficiência requer reflexões acerca concepções de educação, crenças, valores, atitudes dos docentes diante da diversidade, diferença e da inclusão destes alunos na sala de aula no processo de ensino e aprendizagem que segundo Bueno (1999) depende da formação de professores para a efetivação no currículo em ação de uma política de inclusão educacional dos alunos com deficiência, o autor anuncia que um dos principais problemas para assegurar a inclusão na sala de aula dos alunos com deficiência é na formação insuficiente do professor (campo) para no trato pedagógico propor um ensino significativo a este alunos.

Uma discussão anunciada por Blanco (1997) consiste que um dos desafios para a formação de professores dentro da proposta de Educação Especial que deveria ser discutida nos cursos de licenciatura específica da Educação do Campo é rever a formação dos professores da Educação Especial e do Campo, e propor reorganização da matriz curricular com maior número de disciplinas na Educação do Campo que no trato pedagógico propõe competências básicas de como ensinar e aprender com os alunos com NEE.

Uma discussão pertinente levantada por Bueno (1999) é que os professores da Educação do Campo na formação inicial foram preparados para a docência do aluno sem deficiência, pois os mesmos não têm experiência no trato pedagógico com o aluno, com deficiência e lidam com classes lotadas e de

alunos que apresentam inúmeras dificuldades de aprendizagem, a questão e reflexão é que uma realidade no cenário educacional brasileiro matriculados em 2014 segundo dados do IBGE de 2015 foram 698.768 alunos.

Parafrazeando este autor na Educação do Campo o aluno com deficiência se faz presente e requer do professor na ação pedagógica assegurar o atendimento com qualidade dos alunos com NEE que foram matriculados no ensino regular comum, porém mostra-se um importante distanciamento entre o preceito legal da atual Constituição que estabelece no seu artigo 205, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola de todos alunos o que inclui aos alunos com alguma deficiência.

Na atual LDB de 1996 no artigo 62 determina que na formação inicial dos professores inclusive da Educação do Campo assegurar maior número de disciplinas sobre necessidades educativas especiais em todos cursos de graduação, porém essas disciplinas têm somado aproximadamente cerca de 4% da carga horária de curso de 3.200h, mostrando a falta de prioridade e políticas curriculares com a Educação Especial nos cursos de formação de professores.

Diante do exposto o grande desafio para os cursos de licenciatura específica em Educação do Campo ofertado pelas universidades públicas é formar educadores para a educação especial para o cumprimento de preceitos legais, convenções e diretrizes curriculares (BRASIL, 2001).

Neste sentido na formação inicial de professores requer que a matriz curricular contenha disciplinas que o professor adquira saberes disciplinares para o atendimento educacional especializado para a inclusão e diversidade, além de acompanhar e apoiar projeto pedagógico e colaborar com a adequação da prática pedagógica e colaborar com a adequação da prática pedagógica no processo de escolarização (BARRETO, 2008).

Compreendemos que a formação inicial do docente deve contemplar saberes curriculares e disciplinares para atuar na docência neste mundo de mudanças e precisamente demarcado na matriz curricular disciplinas que atendam essas

novas realidades, entre elas do atendimento com qualidade dos alunos com NEE (BARRETO, 2009).

Para Nóvoa (1997) a formação inicial de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte ao professor do ensino regular comum, deve ser uma formação que envolva múltiplos saberes que para o atendimento com qualidade de todos alunos.

O documento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar dos alunos com NEE é direcionado as escolas de ensino comum, que necessitam dialogar com as interfaces da Educação do Campo e sua diversidade cultural como a Educação Indígena e Quilombola assegurando ao professor uma sólida formação para no ofício docente conviver com à diferença e a inclusão (BRASIL, 2008).

Para finalizarmos a discussão acerca da formação docente propusemos de trazer como reflexão e indagação de que Almeida (2004) é preciso propostas e políticas curriculares para os cursos de formação de professor aqui debatemos com ênfase neste trabalho a dos cursos de licenciatura específica do Campo, que na matriz curricular a proposta de interface com a Educação Especial inclusiva seja assegurada porque no contexto do campo há cerca de 1,02% de acordo com o censo de 2009 de alunos camponeses com NEE, e as mudanças devem inicialmente ser asseguradas através do currículo e da política curricular que para Silva (2011) este artefato social, cultural, político, racial e local de tensões conflitos e disputas de poder.

Para Grundy (1991) discutir o currículo remete a refletir as práticas educacionais inclusão/exclusão sendo que ele está imerso nas ações das pessoas, pensar no currículo significa pensar no professor e nos alunos com deficiência, ou sem deficiência, com dificuldade de aprendizagem ou com ausência de dificuldades de aprender os conteúdos curriculares.

Nessa linha de argumentação Loureiro (2007) nos ensina que o currículo deve preocupar-se com a formação humana do educando, no respeito e no acolhimento à inclusão, à diversidade, ao conviver com as diferenças vendo-o como prolongamento de nossa própria diferença, neste sentido a inclusão de

sujeitos diferentes pela deficiência requer um novo modelo de formação docente e currículo escolar, para concepção de homem e de mundo do século XXI.

3 - METODOLOGIA

Este trabalho enquadra-se dentro dos procedimentos metodológicos do método qualitativo; em relação ao tipo de pesquisa o mesmo está alinhado com a documental e bibliográfica(GIL,2014).

Como técnica de coleta de dados recorreu-se em todas as fases da pesquisa ao levantamento bibliográfico e documental.

Foi examinado neste ano letivo entre os meses de junho e julho 21 matrizes curriculares de cursos de licenciatura específica da Educação do Campo ofertado por 42 universidades públicas em sites de domínio público destas instituições, o critério de escolha das mesmas foi aleatório.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verifica-se que nas 21 matrizes curriculares dos cursos de licenciatura específica em Educação do Campo importante similaridade nos Projetos Políticos dos Cursos, na matriz curricular e na carga horária, mostrando que as instituições seguem as Diretrizes Curriculares Operacionais estabelecidas pelo Conselho nacional de Educação CNE/CEB 36/2001 e a resolução CNE/CEB 1/2001 para essa modalidade de ensino; ressaltamos que é previsto para cada instituição que oferta essa modalidade de ensino que as comissões do CPAC, do NDE e do Colegiado a autonomia para mudanças na matriz curricular do curso.

Constatou-se que nas 21 matrizes curriculares analisadas dos cursos de formação inicial em Educação do Campo do Brasil, os saberes disciplinares da formação docente sobre especificamente à educação especial é assegurada com a carga horária de cerca de 2% da carga horária total do curso de 3.200h;

no entendimento de Tardif (2012) os saberes disciplinares na área de conhecimento teórico que o docente atuará na docência tem sido oferecido maior carga horária.

Revelou-se que nas matrizes curriculares analisadas dos cursos de licenciatura específica em Educação do Campo a disciplina de libras é a única sobre Educação Especial sendo assegurada em um único período e com carga horária de 30 horas durante o semestre letivo. Para Arroyo (2011) se na matriz curricular do curso de licenciatura específica em Educação do campo a educação especial fosse prioridade suponhamos que deveria ter maior carga horária ter outras disciplinas que discutem o tema e ter o enfoque interdisciplinar.

5 - CONCLUSÃO

A formação inicial dos cursos de licenciatura em Educação do Campo precisa na sua matriz curricular contemplar a educação especial, ao analisarmos dentro do mesmo objeto as 21 matrizes curriculares mostra-se que o foco tem sido na formação docente embasado nos saberes disciplinares, quer dizer nos conteúdos específicas para o docente atuar na sala de aula. O trabalho revelou a educação especial inclusiva na matriz curricular dos cursos de licenciatura da Educação do campo não é tido como prioridade, porém 1,02% dos alunos camponeses possuem necessidades educativas especiais.

O problema de pesquisa colocado elucidado que as Diretrizes Curriculares operacionais para Educação do Campo preveem autonomia para cada curso adequar a sua matriz curricular com a participação da tríade CPAC – NDE – Colegiado.

A contribuição deste trabalho é instigar os recentes cursos de licenciatura de Educação do Campo a inclusão na matriz curricular de maior número de disciplinas sobre a educação especial inclusiva. E este trabalho aumenta o número de produções científicas com a interface educação do campo- educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.L. A formação continuada como processo crítico-reflexivo colaborativo: possibilidade de construção de uma prática inclusiva. Vitória/UFES, 2004.

ARROYO, M.G. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 4.024 de 1961.

_____. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica, 2009.

_____. Diretrizes Curriculares Operacionais para a Educação do Campo. Brasília. CNE/CEB, 2002.

_____. Diretrizes Curriculares Operacionais para a Educação do Campo. Brasília. CNE/CEB, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação de 11 de fevereiro de 2001.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015

_____. Censo Escolar. Brasília/MEC, 2009.

BARRETO, M.A.S.C. As políticas de formação do professor e a construção de processos educativos inclusivos. Porto Alegre: Editora mediação, 2009.

_____.M.A.S.C. Dilemas da inclusão na educação básica frente às diretrizes para formação em pedagogia. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

BUENO, J.G.S. A educação especial nas universidades brasileiras. Brasília. MEC/SEESP, 2002.

BLANCO, M.R. Implicações educativas do aprendizado na diversidade. Gestão em rede 38, Edição Temática, 2002.

CAIADO, K.R.M; MELETTI, S.M.F. Educação Especial na Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio. Revista Brasileira de Educação Especial. V.17. P.93-104, Edição Especial. Marília, 2011.

CALDART, R. Educação de Campo. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão popular, 2012.

DAMASCENO, M.N. Estudos sobre a educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. Educação e Pesquisa. São Paulo, V.30n, N.1, P.73-89, 2004.

DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO. São Paulo: Expressão popular, 2012.

FRIGOTTO, G. Projeto societário contra hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. Florianópolis, 2010.

GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GRUNDY, S. Product o práxes del curriculum. Madrid: Morata, 1991.

HADDAD, S. A educação entre os direitos humanos. Campinas: Autores Associados, 2006.

JANNUZZI, G.M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2 ed. Campinas, 2006.

LOUREIRO, R. Aversão à teoria e indigência da prática crítica a partir da filosofia de adorno. Educação e sociedade. Campina, V. 28, n99, 2007.

MAZZOTTA, M.J, Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E.G. Perspectivas para a construção da escola inclusa no Brasil. São Carlos: EdUFSCAR, 2002.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOGUEIRA, C.M. A história da deficiência: tecendo a história da assistência à criança deficiente no Brasil. Rio de Janeiro, 2008.

NÓVOA, A. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ONU. Organização das Nações Unidas: convenção sobre educação para todos, 2008.

_____. Organização das Nações Unidas: Direitos Humanos, 1948.

ROLDÃO, M.C. Função docente: Natureza e construção do conhecimento profissional. Revista Brasileira de Educação.2012.

SILVA, T.T. Documentos de identidade. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica,2011.

SOARES, M. As pesquisas nas áreas específicas influenciando o curso de formação de professores. 9. Es. Campinas: Papirus, 2008.

SOUZA, M.A. Educação do campo – propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

TARDIF.M Saberes docentes e formação profissional. 6. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

VIGOTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
